

Relatório de Avaliação Anual 2025

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Abril 2026



ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	2
ENQUADRAMENTO	9
1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS	10
2. ANÁLISE	11
2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão	11
2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais	12
Riscos Transversais	14
• Todas as atividades	14
2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos	17
Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)	21
• Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)	21
• Departamento de Recursos Humanos (DRH)	23
Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)	24
• Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)	24
• Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)	25
Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)	26
• Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)	26
Direção Municipal de Cultura (DMCL)	27
• Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)	27
Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)	29
• Departamento de Promoção de Habitação (DPH)	29
• Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU)	31
Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)	32
• Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)	32
Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)	33
• Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)	33
• Departamento de Participação e Cidadania (DPC)	34
Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)	35
• Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)	35
• Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)	37
Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)	38
• Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)	38
Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)	39
• Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)	39
3. CONCLUSÃO	40
ANEXOS	42
ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS	43
ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS	45
ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS	48
ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO ANUAL	64

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 1 de 42

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
CCP	Código dos Contratos Públicos
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CROA	Centro de Recolha Oficial Animal
DAB	Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico
DACI	Divisão de Auditoria e Controlo Interno
DACN	Divisão de Acompanhamento de Concessões do Domínio Público Marítimo
DACP	Divisão de Apoio à Contratação Pública
DADA	Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão
DADC	Divisão de Acompanhamento da Descentralização de Competências
DAF	Departamento de Desporto e Atividade Física
DAG	Departamento de Apoio à Gestão
DAGE	Divisão de Administração e Gestão Educativa
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
DAM	Departamento de Ambiente e do Mar
DAMA	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
DANT	Divisão de Atos Notariais
DAP	Departamento de Assuntos Patrimoniais
DAPC	Divisão de Atos, Protocolos e Contratos
DAPG	Divisão de Apoio à Gestão
DAPH	Divisão de Arquivos e Património Histórico
DAPI	Divisão de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
DAPO	Divisão de Planeamento e Operações
DASS	Divisão de Associativismo de Moradores
DAT	Departamento de Autoridade de Transportes
DCC	Departamento de Contabilidade e Controlo
DCCG	Divisão de Análise e Dados de Gestão
DCEC	Divisão de Centralização Eletrónica de Compras
DCGE	Divisão de Controlo de Gestão
DCGF	Divisão de Contratação e Gestão Financeira
DCIP	Divisão de Cidadania e Participação
DCOC	Divisão do Centro de Operações
DCOF	Divisão de Projetos Cofinanciados
DCOM	Divisão de Comunicação
DCON	Divisão de Contencioso

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 2 de 42

DCOT	Divisão de Coordenação e Valorização Territorial
DCP	Departamento de Contratação Pública
DCS	Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão
DDS	Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social
DED	Departamento de Educação
DEFI	Divisão de Execuções Fiscais
DEL	Departamento de Estudos e Loteamentos
DEME	Divisão de Estudos Municipais Estratégicos
DEPR	Divisão de Execução de Projetos
DEPT	Divisão de Empregabilidade e Promoção de Talento
DES	Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios
DESE	Divisão de Apreciação de Especialidades em Edifícios
DESI	Divisão de Apreciação de Especialidades de Infraestruturas
DESP	Divisão de Desenvolvimento Desportivo
DEXP	Divisão de Expropriações
DFEI	Divisão de Fiscalização de Obras e Infraestruturas
DFI	Departamento Financeiro
DFIS	Divisão de Fiscalização Geral
DFMT	Divisão de Fiscalização e Monitorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DFOR	Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGEA	Divisão de Gestão Administrativa
DGEC	Divisão de Gestão de Compras
DGET	Divisão de Gestão e Estudos Territoriais
DGEV	Divisão de Gestão de Estrutura Verde
DGPI	Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel
DGPM	Divisão de Gestão Patrimonial Móvel
DGPU	Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana
DGRH	Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos
DIAC	Divisão do Atendimento ao Cidadão
DIAJ	Divisão de Assuntos Jurídicos
DIAP	Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos
DIBI	Divisão de Bibliotecas
DICH	Divisão de Centros Históricos
DICO	Divisão de Contraordenações
DIEP	Divisão de Estudos e Projetos
DINC	Divisão de Intervenção Comunitária

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 3 de 42

DINO	Divisão de Inovação
DIPA	Divisão de Instrução Processual e Gestão Administrativa
DIRS	Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas
DIV	Departamento de Infraestruturas e Vias
DJUV	Divisão de Juventude
DL	Decreto-Lei
DLC	Departamento de Planeamento e Controlo
DLEC	Divisão de Licenciamentos Económicos
DLOT	Divisão de Loteamentos
DLOU	Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas
DLRA	Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana
DLS	Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social
DLU	Departamento de Licenciamento Urbanístico
DLVP	Divisão de Licenciamento de Ocupação e Intervenção na Via Pública
DMAG	Direção Municipal de Apoio à Gestão
DMAS	Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade
DMCL	Direção Municipal de Cultura
DMCR	Direção Municipal de Captação de Recursos
DMCT	Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem
DMDE	Divisão de Marca e Design
DME	Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios
DMEC	Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto
DMES	Direção Municipal de Projetos Estruturantes
DMIN	Divisão de Marketing e Inovação
DMOM	Direção Municipal de Obras e Manutenção
DMP	Departamento de Museus e Promoção Cultural
DMPU	Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo
DMSL	Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos
DMSS	Direção Municipal de Saúde e Social
DMUS	Divisão de Museus
DOBR	Divisão de Obras
DOEE	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
DOPA	Divisão de Orçamentos Participativos
DORT	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
DOVI	Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas
DPAF	Divisão de Promoção da Atividade Física
DPAM	Divisão de Planos de Âmbito Municipal
DPC	Departamento de Participação e Cidadania

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 4 de 42

DPCN	Divisão para o Cumprimento Normativo
DPCO	Divisão de Plano e Controlo Orçamental
DPE	Departamento de Planeamento Estratégico
DPEL	Divisão de Projetos Estruturantes e Licenciamentos
DPES	Divisão de Projetos Estruturantes
DPF	Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização
DPGE	Divisão de Planeamento e Prospeção de Projetos
DPGQ	Divisão para a Promoção da Gestão de Qualidade
DPGR	Divisão de Planeamento e Gestão da Rede
DPH	Departamento de Promoção de Habitação
DPIE	Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo
DPL	Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos
DPMT	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
DPOL	Divisão de Polícia
DPPC	Divisão de Prospeção e Planeamento de Candidaturas
DPR	Departamento de Processos Especiais
DPRJ	Divisão de Projetos
DPRO	Divisão de Promoção Cultural
DPSE	Divisão de Prevenção e Sensibilização
DPT	Departamento de Promoção do Talento
DPTC	Divisão de Processos de Tribunal de Contas
DPTU	Divisão de Processos de Tutela Urbanística
DQAM	Divisão de Qualificação Ambiental
DRCD	Divisão de Registo e Controlo de Despesas
DRE	Departamento de Eventos e Representação
DREM	Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade
DRES	Divisão de Planeamento e Rede Social
DRGM	Divisão de Regulação, Gestão e Monitorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DRH	Departamento de Recursos Humanos
DRIH	Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas
DRIN	Divisão de Relações Internacionais
DRIS	Divisão de Recursos para a Inclusão Social
DRMU	Divisão de Receitas Municipais
DRPP	Divisão de Relações Públicas e Protocolo
DRU	Departamento de Reabilitação Urbana
DSBM	Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar
DSCI	Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios Municipais

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 5 de 42

DSE	Departamento de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSEC	Divisão de Segurança e Cibersegurança
DSEM	Divisão de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSI	Departamento de Sistemas de Informação Geográfica
DSIG	Divisão de Sistemas de Informação Geográfica
DSQV	Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida
DSSM	Divisão de Serviços de Suporte Municipal
DSST	Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho
DTAS	Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
DTI	Departamento de Tecnologias de Informação
DTM	Departamento de Transportes e Manutenção Auto
DTOA	Divisão de Trânsito e Mobilidade
DTQ	Departamento de Transparência e Qualidade
DTRC	Divisão de Transparência e Conformidade
DVOL	Divisão de Voluntariado
GAAM	Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal
GACG	Gabinete de Coordenação e Gestão
GACM	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal
GADI	Gabinete de Apoio ao Diretor
GAGA	Gabinete de Apoio à Gestão Administrativa
GAGC	Gabinete de Apoio à Gestão e Comunicação Cultural
GAGI	Gabinete de Coordenação e Gestão Imóvel
GARE	Gabinete de Apoio ao Recrutamento
GCSE	Gabinete de Coordenação de Segurança
GDCC	Sistema de gestão documental
GECO	Gabinete de Ética e Conformidade
GGAA	Gabinete de Atendimento, Gestão de Assiduidade e de Acessos
GGEM	Gabinete de Gestão e Coordenação de Eventos Municipais
GGST	Gabinete de Gestão de Stocks
GIPA	Gabinete de Instrução de Processos Administrativos
GISP	Gabinete de Intervenção Socioprofissional
GMAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Manutenção Auto
GMED	Gabinete de Medicina no Trabalho
GMOB	Gabinete de Gestão de Mobilidade
GOP	Grandes Opções do Plano
GOSE	Gabinete de Operações de Segurança
GPAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Transportes
GPRE	Gabinete da Presidência

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 6 de 42

GREM	Gabinete de Remunerações
GSET	Gabinete de Segurança no Trabalho
GSUT	Gabinete de Suporte ao Utilizador
GTDI	Gabinete de Transformação Digital
GTEC	Gabinete Técnico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAI	Instituto Português de Auditoria Interna
ISO	International Organization for Standardization
MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
NCI	Norma de Controlo Interno
NP	Norma Portuguesa
PPR	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RGPC	Regime Geral de Prevenção da Corrupção
RGPDI	Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações
ROSM	Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SPO	Sistema de Gestão de Processos
TESM	Tesouraria Municipal
UAAD	Unidade de Apoio Administrativo
UAAT	Unidade de Assessoria e Apoio Técnico
UACP	Unidade de Acessibilidades e do Peão
UADS	Unidade de Análítica de Dados
UAGC	Unidade de Acompanhamento à Gestão de Compras
UAGD	Unidade de Gestão da Avaliação de Desempenho
UAPL	Unidade de Apreciação de Projetos e Loteamentos
UAPO	Unidade de Planeamento e Gestão
UATC	Unidade de Apoio Técnico
UATE	Unidade de Apoio Técnico
UBIE	Unidade de Gestão das Bibliotecas Escolares
UCCA	Unidade de Comunicações, Certificações e Alvarás
UCGC	Unidade de Coordenação e Gestão de Cemitérios
UCIN	Unidade de Comunicação Interna
UCPD	Unidade de Coordenação e Planeamento Desportivo
UDES	Unidade de Design de Comunicação
UEDA	Unidade de Educação pela Arte
UEMM	Unidade da Estratégia Municipal do Mar

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 7 de 42

UGAP	Unidade de Gestão de Águas Pluviais
UGAS	Unidade de Gestão e Acompanhamento dos Serviços de Suporte
UGBM	Unidade de Gestão do Bairro dos Museus
UGEI	Unidade de Gestão de Eletricidade e Iluminação Pública
UGEM	Unidade de Gestão de Edifícios e Equipamentos Municipais
UGME	Unidade de Gestão de Mercados e Espaços Comerciais
UGTA	Unidade de Gestão de Teatros, Cinemas e Auditórios
UGVA	Unidade de Gestão da Vila das Artes
ULRA	Unidade de Licenciamento e Reconversão AUGI
UMAD	Unidade de Manutenção de Administração Direta
UMEE	Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos
UMOV	Unidade Multidisciplinar de Projetos Institucionais de Valorização
UNIF	Unidade de Intervenção Familiar
UO	Unidade orgânica
UOPI	Unidade de Operações e Informações
UPAM	Unidade de Polícia Ambiental
UPAU	Unidade de Procedimentos de Autorização de Utilização
UPDT	Unidade de Promoção dos Direitos no Território
UPEE	Unidade de Projetos de Edifícios e Equipamentos
UPFI	Unidade de Planeamento Financeiro e Controlo de Custos
UPLA	Unidade de Planeamento e Avaliação
UPOP	Unidade de Publicidade e Ocupação de Espaço Público
UQSA	Unidade de Qualidade e Segurança Alimentar
UREN	Unidade de Recursos para o Envelhecimento Ativo
URIS	Unidade de Recursos para a inclusão Social
UTEF	Unidade Técnica Florestal
UTRA	Unidade de Trânsito

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 8 de 42

ENQUADRAMENTO

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Cascais (doravante Plano) em vigor foi aprovado por deliberação camarária de 22 de julho de 2025.

O Plano atual resulta da análise e revisão do anterior Plano, aprovado em reunião de Câmara de 25 de fevereiro de 2024, tendo sido incorporadas as propostas de reformulação de riscos e mecanismos de controlo decorrentes da avaliação anual do Plano.

O Município de Cascais está comprometido com a prossecução do interesse público, através da salvaguarda de procedimentos internos que permitam a prevenção da corrupção e a elevação dos níveis de integridade e transparência.

Este compromisso contempla a manutenção da conformidade do Sistema de Gestão Anticorrupção (SGAC), que se encontra certificado pela APCER, segundo a Norma ISO 37001:2025. Neste âmbito, é assegurada a monitorização periódica das atividades realizadas, tendo em consideração a envolvente do Município, os objetivos estabelecidos para o SGAC, a legislação em vigor, os parâmetros de análise e os critérios de avaliação dos riscos de corrupção identificados, e a eficácia dos mecanismos de controlo.

Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (versão atualizada), que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), encontra-se implementado no Município de Cascais um Programa de Cumprimento Normativo que inclui, para além do Plano, o Código de Ética e Conduta, o Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, os Canais de Denúncia para a Promoção da Transparência Municipal, designadamente os Canais de Denúncia Interna e de Denúncia Externa, e um programa de formação interna que promove a divulgação das políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados.

A execução do Plano está sujeita a controlo, pelo que o presente Relatório de Avaliação Anual (doravante Relatório) visa quantificar o grau de implementação das medidas identificadas e, quando aplicável, a previsão da sua plena implementação pelas unidades orgânicas, assegurando desta forma o acompanhamento permanente da respetiva execução.

Decorrente da entrada em vigor do novo ROSM, serão reformulados os riscos e mecanismos de controlo, tendo em vista uma adequação plena do Plano à nova estrutura orgânica.

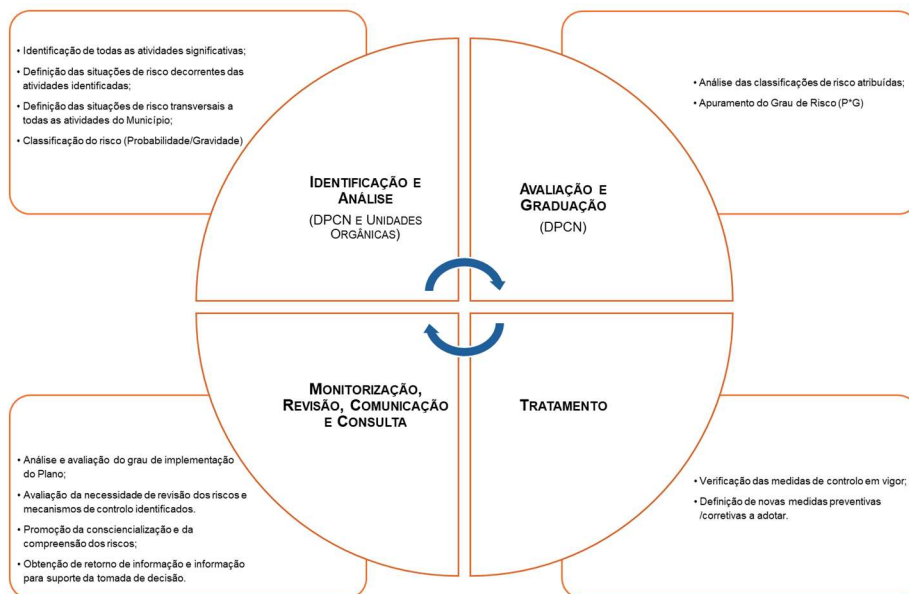
Cabe à Chefia da Divisão para o Cumprimento Normativo (DPCN) a responsabilidade geral pela execução, controlo e revisão do Plano e, conseqüentemente, pela elaboração dos relatórios de avaliação legalmente previstos, em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas, que participam ativamente no processo. O Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanha a execução, controlo e revisão do Plano.

A apreciação da eficácia e adequação do SGAC para gerir eficazmente os riscos de corrupção do Município é da competência do Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 9 de 42

1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS

O Processo de Prevenção de Riscos do Município de Cascais é um processo contínuo e em constante desenvolvimento, conforme pode ser observado na figura seguinte:



A elaboração do presente Relatório baseou-se na identificação e análise de potenciais situações de risco transversais e específicas, decorrentes das competências e atividades significativas de cada unidade orgânica, que foram equacionadas face à sua probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência. Paralelamente, foram também definidas as opções de tratamento do risco, designadamente os mecanismos de mitigação a adotar. Este levantamento materializou-se na elaboração dos Mapas de Registo do Risco, de autoavaliação da exposição ao risco e de mecanismos de controlo associados, individuais para cada unidade orgânica, cujo preenchimento foi da inteira responsabilidade do respetivo dirigente.

Seguidamente, a conjugação da análise dos dois indicadores de risco - *probabilidade da ocorrência e gravidade da consequência* - permitiu apurar o grau de risco associado às atividades desenvolvidas e hierarquizar as áreas de risco e os processos críticos a elas associados. Estes resultados, conjugados com as respostas fornecidas pelas unidades orgânicas nos Inquéritos de Avaliação Anual (doravante Inquéritos) quanto à fase de implementação dos mecanismos de controlo, possibilitaram a identificação das áreas/atividades que devem merecer maior atenção e a definição da gestão dos seus riscos.

No âmbito da avaliação anual, foram considerados 41 Inquéritos, que abrangem todos os Departamentos, Divisões e Gabinetes em funções. A avaliação dos riscos específicos e transversais abrange 235 unidades orgânicas.

O organograma da macroestrutura dos serviços municipais consta do ANEXO I.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 10 de 42

2. ANÁLISE

2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão

O Município de Cascais, no âmbito do Sistema de Gestão Anticorrupção, tem implementado um programa de cumprimento normativo que inclui um conjunto de instrumentos e de mecanismos de gestão, que contribuem de forma determinante para a mitigação genérica dos riscos de corrupção e infrações conexas, sendo aplicáveis de forma transversal e abrangente a todas as unidades orgânicas.

A entrada em vigor do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPMI), aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, desencadeou a necessidade de revisão e atualização destes instrumentos e mecanismos de gestão, destacando-se as seguintes alterações:

- a) Código de Ética e de Conduta: inclusão de regras relacionadas com a prevenção da corrupção e infrações conexas, sanções disciplinares associadas, acompanhamento e avaliação pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, registo de acesso público das ofertas institucionais, prazos de revisão e de publicitação do Código;
- b) Manual de Gestão de Conflitos de Interesses: densificação dos termos da subscrição das Declarações de Existência e de Inexistência de Conflitos de Interesses, bem como do pedido e da autorização da Acumulação de Funções;
- c) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas: incorporação de todas as unidades orgânicas em risco, do responsável pela execução controlo e revisão do Plano, e dos prazos de avaliação, revisão e publicitação do Plano;
- d) Canais de Denúncia: implementação de uma plataforma eletrónica de gestão dos Canais de Denúncia Interna e Externa, que assegura a privacidade por defeito, garantindo que toda a informação relacionada com as participações e denúncias circula encriptada, e adaptação do Manual de Procedimentos dos Canais relativamente aos prazos legais estipulados para a tramitação e conservação das denúncias e quanto à proteção dos denunciantes;
- e) Programa de formação e comunicação interna: realização de ação de formação interna anual nos instrumentos e mecanismos de gestão que integram o programa de cumprimento normativo e disponibilização, no site institucional e na intranet, de toda a documentação relacionada.

No âmbito da mitigação genérica dos riscos, importa também realçar o sistema de controlo interno existente, o qual engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo o controlo dos sistemas e tecnologias de informação, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade,

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 11 de 42

fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, a preparação oportuna de informação financeira fiável, assim como o cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares.

Os elementos base que dão forma ao sistema de controlo interno do Município de Cascais são os seguintes:

- Plano de organização (constituição do Executivo e distribuição de pelouros, regimento do órgão executivo, delegações e subdelegações de competências, estrutura orgânica, macro e micro, atribuições das várias unidades orgânicas e competências dos seus dirigentes);
- Regulamentos internos e externos;
- Planos de contas e Manual de Consolidação de Contas;
- Auditoria interna e Norma de Controlo Interno.

Os documentos que integram o Sistema de Gestão Anticorrupção são divulgados e publicitados interna e externamente, após aprovação em Reunião de Câmara, nos termos do Plano de Comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção.

2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais

A prevenção de riscos no Município de Cascais beneficia também das medidas de controlo associadas às situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais e específicas de cada unidade orgânica, decorrentes da prossecução das atividades e procedimentos inerentes às suas competências e atribuições.

Em 2025, foram identificadas 16 situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais a todas as atividades, para as quais foram definidos 63 mecanismos de controlo.

Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), verifica-se que 4 situações de risco transversal (25%) apresentam um grau de risco Reduzido e 12 um grau de risco Moderado (75%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das situações de risco transversais e da percentagem de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO II ao presente Relatório.

Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos transversais a todas as unidades orgânicas.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 12 de 42

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS TRANSVERSAIS			
N.º de Riscos Identificados		16	
Critérios de Análise		N.º	%
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	11	69%
	Moderada	5	31%
	Alta	0	0%
Gravidade da Consequência	Baixa	0	0%
	Moderada	9	56%
	Alta	7	44%
Grau de Risco	Reduzido	4	25%
	Moderado	12	75%
	Elevado	0	0%

Relativamente aos mecanismos de mitigação dos riscos transversais identificados, a monitorização anual realizada permitiu apurar que, dos 63 mecanismos de controlo definidos, 37 já se encontram totalmente Implementados (59%), tendo todos sido considerados eficazes. Encontram-se ainda 26 (41%) Em Implementação em 7 Departamentos/ Divisões. Não existem mecanismos Por Implementar.

Conjugando a análise dos mecanismos de controlo transversais relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 18 mecanismos (29%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 45 (71%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em todas as situações de risco.

Nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais que ainda se encontram Em Implementação, sendo identificadas as situações de risco a que dizem respeito e a respetiva graduação do risco, bem como a percentagem de implementação dos mecanismos na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 13 de 42

Riscos Transversais

- Todas as atividades

Existem 26 mecanismos de controlo dos riscos que se encontram Em Implementação em 7 Departamentos/ Divisões.

No **Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)**, a implementação plena da divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno e regulamentos, encontra-se em fase de conclusão, uma vez que estão a concluir os testes da plataforma para divulgação da Política de Segurança e da formação Cibersegurança, que deverão ser concluídas até 31 de julho de 2026.

Já no **Departamento de Projetos e Participação de Fundos (DPL)**, a implementação plena da divulgação dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno e regulamentos deverá ser concluída até final de maio de 2026, encontrando-se a elaboração em fase de conclusão para posterior validação.

No **Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)**, a subscrição da Declaração de Conformidade com a Política Anticorrupção ainda não está plenamente implementada devido às situações de mobilidades e integração de novos funcionários, que irão ser sensibilizados e formados na matéria. Prevê-se a sua conclusão até final do 1.º semestre de 2026.

No **Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU)**, encontram-se a ser desenvolvidos os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, dependendo da implantação de *workflow* para procedimentos, que deverá ser concluída no prazo de 6 meses com recurso a apoio de prestador externo.

Na **Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)**, mantém-se em curso o processo de implementação de metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução dos encargos assumidos, de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, de metodologias de verificação e de acompanhamento de modificações ao contrato e ao preço contratual, de metodologias e regras definidas para a gestão documental de todos os processos, bem como o registo e tramitação de toda a documentação no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO). Também, continua a ser promovida a rotatividade dos membros do júri, apesar de a sua concretização não depender exclusivamente da DPES. Estes mecanismos deverão estar implementados na sua totalidade até final de 2026.

No **Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)**, prevê-se que a implementação plena dos níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático esteja concluída no 2.º trimestre de 2026. Encontra-se atualmente em curso a fase de testes do modo de qualidade da plataforma de

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 14 de 42

gestão de apoios sociais, que tem proporcionado o desenvolvimento de novas funcionalidades pela empresa contratada, com a qual se reúnem quinzenalmente com vista a colmatar os atrasos verificados.

O Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) não concluiu o processo de integração dos conteúdos do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses.

Atendendo à plena implementação de alguns dos mecanismos de controlo transversais, irá ser ponderada a revisão da classificação atribuída à probabilidade de ocorrência das respetivas situações de risco, após ter sido comprovada a eficácia dos mecanismos de controlo Implementados. Estas alterações poderão ser contempladas numa nova versão do Plano.

No quadro seguinte, apresenta-se o grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 15 de 42

Riscos Transversais								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Rotatividade dos membros do júri	98% 97%
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos	98% 95%
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Divulgação e compreensão do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, onde constam as diretrizes de atuação	98% 98%
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Conflitos de interesses que comprometam a transparência das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Divulgação e compreensão do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, onde constam as diretrizes de atuação	98% 98%
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Pressão de grupos de interesse	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Exercício de poderes discricionários (Liberdade de ação administrativa, que permite ao decisor, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos	98% 97%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual	98% 95% 97%
	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos	98% 95% 98%
	Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático	97% 98%

2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos

Relativamente às situações de risco de corrupção e infrações conexas específicas de cada unidade orgânica, em termos globais, foram identificadas 540 situações de risco, para as quais estão definidos 1.638 mecanismos de controlo.

Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos nas atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas.

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS			
N.º de Riscos Identificados		540	
Critérios de Análise		N.º	%
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	504	93,3%
	Moderada	35	6,5%
	Alta	1	0,2%
Gravidade da Consequência	Baixa	22	4,1%
	Moderada	480	88,9%
	Alta	38	7%
Grau de Risco	Reduzido	470	87%
	Moderado	70	13%
	Elevado	0	0%

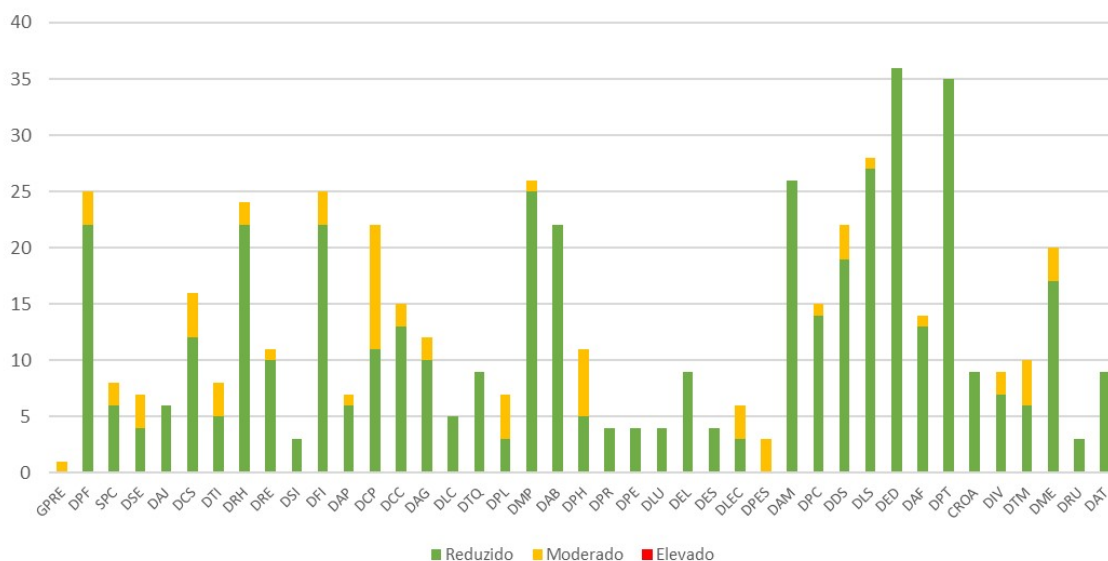
Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), constata-se que 470 situações (cerca de 87%) apresentam um grau de risco Reduzido e 70 apresentam um grau de risco Moderado (cerca de 13%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das áreas específicas da atividade municipal consideradas pelas respetivas unidades orgânicas como expostas a riscos de corrupção e infrações conexas, bem como da fase de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO III ao presente Relatório.

Apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição do grau de exposição a riscos de corrupção e infrações conexas pelas unidades orgânicas, em função do número de situações de risco específicas identificadas nos 41 Inquéritos respondidos.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 17 de 42

GRAU DE EXPOSIÇÃO AOS RISCOS



Conforme é possível constatar, 85% das unidades orgânicas estimaram um grau de exposição ao risco predominantemente Reduzido. Nas restantes, o grau de risco estimado foi predominantemente Moderado (10%). No caso do DCP e da DLEC (5%), não se verificou um grau de exposição predominante. Conforme já referido, não foram estimadas situações de risco Elevado.

Quanto aos mecanismos de mitigação dos riscos específicos das unidades orgânicas, a monitorização anual realizada junto dos Departamentos, Divisões e Gabinetes do Município de Cascais permitiu apurar que uma expressiva maioria dos 1.638 mecanismos de controlo já se encontra Implementada (cerca de 95%), tendo sido considerado Ineficaz apenas 1 dos mecanismos (0,06%), designadamente no Departamento de Recursos Humanos. Encontram-se ainda Em Implementação 55 mecanismos (3%) e Por Implementar 29 mecanismos (2%).

Conjugando a análise dos mecanismos de controlo específicos relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 1.395 mecanismos (cerca de 85%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 243 mecanismos (cerca de 15%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

A tabela seguinte permite visualizar a percentagem de implementação dos mecanismos de controlo específicos das unidades orgânicas relativamente aos graus de risco apurados.

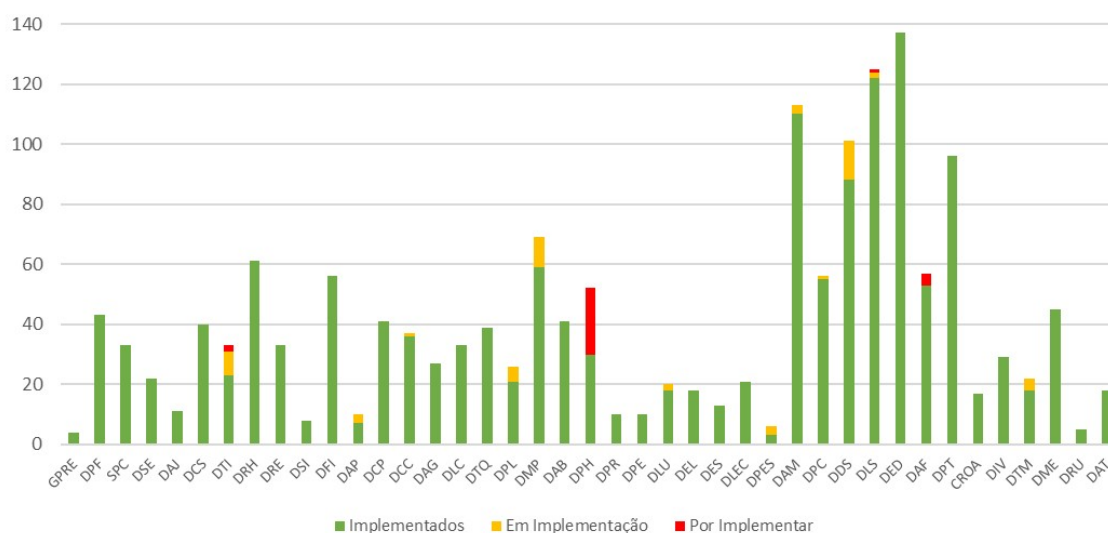
MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 18 de 42

GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLO ESPECÍFICOS									
Mecanismos de Controlo		Grau de Risco							
		Reduzido		Moderado		Elevado		Total	
Fase de Implementação	Verificação	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
	Implementados	1353	97%	201	82,7%	0	0%	1554	95%
	Em Implementação	37	2,6%	18	7,4%	0	0%	55	3%
	Por Implementar	5	0,4%	24	9,9%	0	0%	29	2%
	Total	1.395	85,2%	243	14,8%	0	0%	1.638	

Em função da avaliação anual realizada pelas unidades orgânicas, resultou evidente que, na sua maioria, os mecanismos de controlo já se encontram totalmente Implementados, havendo ainda 14 unidades orgânicas (34%) onde existem mecanismos Em Implementação ou Por Implementar.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição da fase de implementação dos mecanismos de controlo pelas unidades orgânicas, em função da avaliação efetuada.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLO



A unidade orgânica que apresentou menor percentagem de mecanismos Implementados foi a Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), com 50%.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 19 de 42

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em 14 (34%) unidades orgânicas. Já os mecanismos Por Implementar encontram-se em 4 (10%) unidades orgânicas, destacando-se o Departamento de Promoção de Habitação (DPH) com 42% destes mecanismos. Cabe destacar que os mecanismos Por Implementar no DPH mitigam situações de risco no âmbito de atividades que ainda não estão a ser executadas, apesar de constarem nas competências desta unidade orgânica.

As unidades orgânicas não apresentaram quaisquer propostas de alteração relacionadas com a aplicabilidade das situações de risco e mecanismos de controlo identificados. Na sequência da entrada em vigor do novo ROSM, com alterações nas atribuições e estrutura orgânica do Município, serão revistos os mapas de apreciação dos riscos de corrupção das diferentes unidades orgânicas, que irão ser contemplados numa nova versão do Plano.

Nos quadros apresentados nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo que ainda se encontram Por Implementar ou Em Implementação, bem como daqueles que, embora tenham sido Implementados, se revelaram Ineficazes.

Nas unidades orgânicas visadas, são apresentados, por área de atividade específica, os riscos de corrupção e infrações conexas identificados, a sua avaliação, as medidas propostas e a fase de implementação das mesmas, bem como os prazos estimados para a implementação plena dos mecanismos pendentes.

Para uma análise mais pormenorizada, podem ser consultados os Inquéritos de Avaliação Anual preenchidos pelas unidades orgânicas (ANEXO IV).

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 20 de 42

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

- Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)
 - Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas (DIRS)
 - Divisão de Inovação (DINO)
 - Divisão de Segurança e Cibersegurança (DSEC)
 - Divisão de Serviços de Suporte Municipal (DSSM)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos	Em Implementação
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Por Implementar
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Por Implementar
							Ativação de alertas	Em Implementação
	Incumprimento do plano de <i>backups</i> definido	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de operações e de verificação de backups	Em Implementação
	Ausência de verificação do estado dos dados de <i>backup</i>	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Revisão periódica das permissões atribuídas	Em Implementação
							Realizar testes de verificação	Em Implementação
							Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação
Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas							Em Implementação	
						Ativação de alerta	Em Implementação	

No Departamento de Tecnologias de Informação (DTI), encontram-se Em Implementação 8 mecanismos de controlo associados à atividade de segurança da informação, que permitem mitigar 1 situação estimada como sendo de grau de risco Reduzido e 3 de grau de risco Moderado. Existem, ainda, 2 mecanismos Por Implementar, que permitem mitigar 1 situação estimada de grau de risco Moderado.

Relativamente ao risco de grau Reduzido, deverá ser implementada, até agosto de 2027, a nova solução de *backup*, que deverá garantir o registo de operações e de verificação de *backups*.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 21 de 42

A monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos, que permite mitigar o risco Moderado de controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, encontra-se já implementada para ferramentas do *Microsoft Office 365*. A implementação do Controlo de acesso a máquinas físicas e portáteis deverá ser concluída até ao final de 2026. O controlo de acesso a Bases de dados está ainda em planeamento.

Quanto ao risco de eliminação/ alteração indevida de dados, não é possível prever o início da implementação dos mecanismos de análise periódica dos registos de operações efetuadas e de monitorização periódica dos dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas porque não existe um sistema centralizador de todos os *logs*, dependendo de ações dos fabricantes. A ativação de alertas encontra-se em implementação, existindo um contrato ativo para o efeito e estando prevista a disponibilização de um formulário no Portal GSS para o registo e tratamento destas ocorrências.

A implementação dos 5 mecanismos de mitigação do risco de ausência de verificação do estado dos dados de *backup* deverá ser garantida também com a nova solução de *backup*, prevendo-se a sua plena implementação até agosto de 2027.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 22 de 42

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

- Departamento de Recursos Humanos (DRH)
 - Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos (DGRH)
 - Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade (DREM)
 - Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional (DFOR)
 - Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recrutamento e Gestão de RH	Recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formação de sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar	Implementado

No Departamento de Recursos Humanos (DRH), apesar de estar Implementada a sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar, mantém-se o nível elevado de trabalho suplementar, pelo que o mecanismo tem sido Ineficaz.

Esta situação resulta de necessidades e características inerentes a certas atividades, que obrigam a recorrer a trabalho extraordinário para colmatar a falta de candidatos e a necessidade de assegurar o funcionamento dos serviços. Destaca-se a falta de trabalhadores em serviços específicos como motoristas e assistentes operacionais para eventos.

A emissão de orientações por parte dos decisores é fundamental para a redução do trabalho suplementar, embora não esteja a surtir efeito devido às condicionantes existentes nestas atividades.

Após análise da necessidade de implementação de ação de melhoria, concluiu-se serem situações pontuais e circunscritas às atividades em apreço, tendo sido verificada a inexistência de vantagens indevidas pelos envolvidos. Assim, não seriam aplicáveis ações a efetuar, mantendo-se o mecanismo de controlo definido.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 23 de 42

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)
 - Divisão de Gestão Patrimonial Móvel (DGPM)
 - Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel (DGPI)
 - Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana (DGPU)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação

No Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), encontram-se Em Implementação 3 mecanismos de controlo associados à atividade de gestão do património municipal, que permitem mitigar 2 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido e 1 de grau de risco Moderado.

Relativamente ao controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de bens à sua guarda, o concurso de recrutamento de trabalhadores foi concluído, permitindo assegurar de forma cabal o sistema de registo e de inventário e o registo dos bens imóveis. Contudo, até ao final de 2025, não se verificou a efetiva entrada de novos trabalhadores.

Quanto à digitalização/desmaterialização dos processos e documentos, existem riscos na deslocação dos mesmos para os serviços, situação que continua a ocorrer em todas as áreas. Embora não seja possível prever o prazo para terminar a digitalização de todos os processos, devido ao elevado número de processos antigos a digitalizar, encontram-se já a ser digitalizados todos os processos novos em algumas áreas. Os processos antigos são digitalizados à medida que são utilizados.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 24 de 42

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)
 - Divisão de Receitas Municipais (DRMU)
 - Divisão de Registo e Controlo de Despesas (DRCD)
 - Divisão de Controlo de Gestão (DCGE)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Em Implementação

No Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC), encontra-se Em Implementação 1 mecanismo de controlo associado à atividade de recebimento de taxas, licenças e outros valores, que permite mitigar 1 situação estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

A sensibilização dos munícipes para a solicitação do recibo da operação de pagamento depende da possibilidade de os equipamentos culturais municipais emitirem as faturas/recibo diretamente no ato da venda. Até ao final do 1.º semestre de 2026, deverão ser criados utilizadores no ERP da faturação, ser ministrada formação aos utilizadores, e efetuada a instalação de impressoras de talões e de Terminais de Pagamento Automático (TPA's). O cumprimento do prazo está dependente da instalação do equipamento pelo Departamento de Tecnologias de Informação (DTI) e da resposta da entidade bancária ao pedido de TPA's.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 25 de 42

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

- Departamento de Projetos e Participação de Fundos (DPL)
 - Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos (DIAP)
 - Divisão de Projetos Cofinanciados (DCOF)
 - Divisão de Prospeção e Planeamento de Candidaturas (DPPC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos participados no Município	Em Implementação
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para o acompanhamento e controlo das operações participadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para o acompanhamento e controlo das operações participadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos	Em Implementação
	Incorreta verificação da conformidade da despesa	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Em Implementação

No Departamento de Projetos e Participação de Fundos (DPL), encontram-se Em Implementação 5 mecanismos de controlo associados à atividade de projetos cofinanciados, que permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

Quanto à mitigação do risco de duplo financiamento, a norma para inclusão no Manual de Procedimentos encontra-se em fase final de implementação, prevendo-se a sua conclusão até 31 de maio de 2026. Em articulação com o Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC) foi criado o módulo de gestão de subsídios ao investimento, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

A divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos participados no Município encontra-se dependente da conclusão e validação do Manual de Procedimentos, com conclusão prevista até 31 de maio de 2026.

Também se encontra na dependência da conclusão do Manual de Procedimentos a inclusão de norma que garanta a uniformização de procedimentos no acompanhamento e controlo das operações participadas e na verificação da conformidade da despesa.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 26 de 42

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

- Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)
 - Divisão de Museus (DMUS)
 - Divisão de Promoção Cultural (DPRO)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Em Implementação
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Em Implementação
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Em Implementação
Realização de Programas de Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação

No Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP), encontram-se Em Implementação 10 mecanismos de controlo associados às atividades de atendimento a municípios e outras partes interessadas, gestão do património municipal, manutenção de infraestrutura e edifícios, atribuição de apoios financeiros e realização de Programas de Parceria, que permitem mitigar 10 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 27 de 42

No âmbito da atividade do atendimento a munícipes e outras partes interessadas, é ainda possível melhorar o encaminhamento das questões para a área especializada, sendo necessário apostar na multidisciplinariedade da equipa para uma resposta direcionada e com conhecimento, ação que deverá ser concluída até final do 1.º semestre de 2026.

Quanto aos mecanismos de mitigação dos riscos identificados na gestão do património municipal e na manutenção de edifícios, o sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados deverá estar implementado até final do 1.º semestre de 2026, encontrando-se pendente da formação dos colaboradores no programa *In Patrimonium*. Já a implementação plena dos mecanismos relacionados com a elaboração e divulgação dos manuais de procedimentos e o procedimento interno que salvaguarde a transparência, igualdade de tratamento e conflitos de interesses, depende da formação generalizada das diferentes equipas, que deverá ser concluída até final do 1.º semestre de 2026.

Na atribuição de apoios financeiros, está prevista até final do 1.º semestre de 2026 a integração progressiva de diferentes perfis para uma análise objetiva e transparente.

De forma a prevenir a utilização indevida de apoios pelas entidades no âmbito da realização de programas de parceria, está em elaboração a norma interna que irá garantir a uniformização de procedimentos e a observância dos princípios da isenção, imparcialidade e equidade.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 28 de 42

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Departamento de Promoção de Habitação (DPH)
 - Divisão de Projetos (DPRJ)
 - Divisão de Obras (DOBR)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica							Por Implementar	
Elaboração de relatórios de controlo							Por Implementar	
Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses							Por Implementar	
Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos							Por Implementar	
Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial							Por Implementar	
Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos							Por Implementar	
Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar							

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 29 de 42

No Departamento de Promoção de Habitação (DPH), encontram-se ainda Por Implementar os mecanismos de mitigação dos riscos associados à atividade de execução de obras municipais, devido a esta atividade não se encontrar a ser desenvolvida pelo DPH.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 30 de 42

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU)
 - Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas (DLOU)
 - Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana (DLRA)
 - Divisão de Gestão Administrativa (DGEA)
 - Divisão de Centros Históricos (DICH)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação

No Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU), encontram-se Em Implementação 2 mecanismos de controlo associados à atividade de licenciamentos, que permitem mitigar a situação de incumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação, estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

A implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada um das fases encontra-se limitada pelo facto de o sistema SPO não permitir a obtenção de relatórios sistemáticos, estando prevista a definição de *workflow* para tipos de processos, que está em avaliação devido à criação de novos Departamentos que afetaram o *workflow*. A resolução passa pela alteração do sistema devido à falta de resposta do SPO. Face às limitações existentes, foi decidido recorrer a um prestador externo para a definição e implementação das medidas necessárias, prevendo-se que estas estejam concluídas até final de 2026.

No caso dos funcionários com incumprimento sistemático de prazos, a medida de atribuição de tarefas com prazo definido pela chefia direta encontra-se em fase de implementação em todas as Divisões. A sua eficácia plena dependerá, contudo, do reforço dos recursos humanos.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 31 de 42

Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)

- **Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)**

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controlo e enquadradas pela cadeia hierárquica	Em Implementação
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Controlo de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Em Implementação
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira	Em Implementação

Na Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), encontram-se Em Implementação os mecanismos de realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica, associados à atividade de execução de obras municipais. Estes mecanismos permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica encontra-se a decorrer até à conclusão das empreitadas. Estes mecanismos permitem controlar as situações de risco relacionadas com o deficiente controlo da execução e orçamento da obra, o elevado volume de trabalhos complementares e o deficiente controlo do plano de investimentos.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 32 de 42

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

- Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)
 - Divisão de Gestão de Estrutura Verde (DGEV)
 - Divisão de Qualificação Ambiental (DQAM)
 - Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas (DRIH)
 - Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (DTAS)

Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação

No Departamento de Ambiente e do Mar (DAM), encontra-se Em Implementação a norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade. Este mecanismo visa mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação da norma interna encontra-se a decorrer e deverá estar concluída até ao final de maio de 2026.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 33 de 42

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

- Departamento de Participação e Cidadania (DPC)
 - Divisão de Cidadania e Participação (DCIP)
 - Divisão de Orçamentos Participativos (DOPA)
 - Divisão de Voluntariado (DVOL)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento de Participação e Cidadania (DPC), encontra-se Em Implementação o sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos. Este mecanismo visa mitigar 1 situação de risco associada às atividades de atribuição de apoios financeiros, estimada como sendo de grau Reduzido.

A implementação do sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos encontra-se em curso, estando dependente da melhoria da ligação entre documentos e a gestão de pedidos, necessária ao controlo dos dados de apoios correntes. Este mecanismo permitirá controlar a situação de risco relacionada com a ausência ou deficiente reporte de execução. O sistema de informação deverá ser implementado até final de 2026.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 34 de 42

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

- Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)
 - Divisão de Planeamento e Rede Social (DRES)
 - Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo (DPIE)
 - Divisão de Recursos para a Inclusão Social (DRIS)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Atribuição de Apoios Sociais	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS), encontra-se Em Implementação o sistema de informação para a monitorização da aplicação dos apoios concedidos, a norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade, bem como a definição de critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios. Estes mecanismos visam mitigar 8 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros e sociais, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 35 de 42

Em relação ao sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos, e de acordo com orientação do Departamento de Tecnologias de Informação (DTI), a gestão de projetos protocolados passará a ser feita pela plataforma recentemente contratada e as candidaturas aos programas de financiamento passarão a ser feitas pela plataforma já existente CEDIS, que irá ser adotada conforme o ciclo de cada programa. Pretende-se que, gradualmente, todos os programas de financiamento sejam geridos pela plataforma. O sistema de informação deverá ser implementado até final do 2.º trimestre de 2026.

Quanto à implementação da norma interna e dos critérios, objetividade e transparência nos processos de atribuição de apoios encontram-se dependentes da conclusão da sistematização de fluxos de trabalho, que ainda está em curso. Prevê-se a implementação destes mecanismos até final do 2.º trimestre de 2026.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 36 de 42

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

- Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)
 - Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida (DSQV)
 - Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar (DSBM)
 - Divisão de Intervenção Comunitária (DINC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município	Por Implementar
Atribuição de Subsídios	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS), encontra-se Por Implementar o sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município relativamente ao atendimento. Os meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos encontram-se Em Implementação. Estes mecanismos visam mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atendimento a municípios e outras partes interessadas, atribuição de subsídios e realização de programas de parceria, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação do sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município com o atendimento municipal irá permitir controlar o risco relacionado com informação incorreta/ desadequada transmitida aos cidadãos. Prevê-se a implementação do sistema até final de 2026.

Quanto aos meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos, encontram-se a ser trabalhados e deverão ser implementados até final de 2026.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 37 de 42

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

- Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)
 - Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DESP)
 - Divisão de Promoção da Atividade Física (DPAF)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Por Implementar

No Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF), a existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial, a fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e a constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas, associados às atividades de atribuição de apoios financeiros e de realização de programas de parceria, encontram-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial da atribuição de apoios, depende de um aumento dos recursos humanos. Neste momento, a análise é efetuada pelos Técnicos que acompanham o processo e respetiva chefia. A abertura de procedimento concursal, ainda sem prazo definido, permitirá ter uma equipa especializada e focada nos procedimentos financeiros, beneficiando também a implementação dos mecanismos de fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e da constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 38 de 42

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

- Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)
 - Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão (DADA)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Gestão de Transportes	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado	Em Implementação
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Mitigar ou Partilhar o risco	Existência de critérios de análise pré-definidos	Em Implementação
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Mitigar ou Partilhar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Em Implementação
							Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico	Em Implementação

No Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM), encontram-se Em Implementação a monitorização da qualidade do serviço prestado, a existência de critérios de análise pré-definidos, a fundamentação técnico-jurídica e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica. Estes mecanismos estão associados à atividade de planeamento e gestão de transportes e permitem mitigar 3 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

Os mecanismos relacionados com a monitorização da qualidade do serviço prestado e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica dependem da operacionalização da plataforma informática de gestão de frota. Estes mecanismos irão permitir controlar os riscos de deficiente supervisão e fiscalização das atividades dos operadores e de inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias.

Quanto à implementação dos mecanismos de existência de critérios de análise pré-definidos e de fundamentação técnico-jurídica, tendo em vista a mitigação do risco de insuficiente fundamentação na tomada de decisão, encontram-se dependentes da atualização do Regulamento Interno de Uso e Cedência de Veículos Municipais.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer até ao final do segundo semestre de 2026.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 39 de 42

3. CONCLUSÃO

Nos termos definidos no RGPC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, a avaliação anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas visou, em particular, quantificar o grau de implementação das medidas transversais e específicas identificadas das unidades orgânicas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Da análise efetuada, constatou-se que, nos 63 mecanismos de controlo transversais a todas as atividades, 37 já se encontram totalmente Implementados, tendo sido considerados Eficazes. Quanto aos restantes 26 mecanismos, encontram-se Em Implementação em 7 Departamentos/ Divisões, prevendo-se a plena implementação da maior parte destes mecanismos ainda durante o presente ano.

Nas 16 situações de riscos transversais identificadas, a maioria foi estimada como sendo de grau Moderado, existindo 4 situações de grau Reduzido. Para estas situações, foram definidos 18 mecanismos de mitigação, tendo sido definidos 45 para mitigação das situações de grau de risco Moderado.

Relativamente às situações de risco específicas de cada unidade orgânica, as 235 unidades orgânicas respondentes aos Inquéritos de Avaliação Anual, identificaram 540 situações de risco, no âmbito das 38 áreas específicas de intervenção, para as quais foram definidos um total de 1.638 mecanismos de controlo.

Em termos globais, verificou-se que cerca de 87% das situações identificadas foi estimada como de grau de risco Reduzido e 13% de grau Moderado. Não foram estimadas situações como de grau de risco Elevado.

A maioria (95%) dos mecanismos de controlo específicos de cada unidade orgânica encontra-se, na sua generalidade, Implementada, contribuindo de forma determinante para a redução da probabilidade de ocorrência de riscos de corrupção e infrações conexas. Nas situações estimadas como de grau de risco Reduzido, a percentagem de medidas Implementadas atinge os 97%, encontrando-se 83% das medidas Implementadas nas situações de risco Moderado.

Quanto à avaliação da eficácia, apenas 1 dos mecanismos Implementados (0,06%) se mostrou Ineficaz. Trata-se da sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar, que mitiga o risco de recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço. A ineficácia deriva de necessidades da própria atividade e da falta de trabalhadores em serviços específicos, havendo necessidade de reforçar os serviços e as orientações de redução do trabalho suplementar por parte dos decisores.

No âmbito da promoção pelo Município de Cascais de uma cultura de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, assente na sistematização de procedimentos e no incremento da transparência e rigor, cabe destacar a manutenção da implementação contínua das seguintes medidas:

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 40 de 42

- Cumprimento do Sistema de Gestão Anticorrupção, em concordância com os requisitos da Norma ISO 37001:2025;
- Sensibilização para a Política Anticorrupção e para os princípios éticos institucionais que constam do Código de Ética e Conduta;
- Subscrição por todos os trabalhadores e colaboradores da Declaração de Conhecimento da Política Anticorrupção;
- Cumprimento do estipulado no Manual de Gestão de Conflitos de Interesses;
- Tramitação de todas as denúncias através dos Canais de Denúncia Interna e Externa;
- Promoção de ações de formação no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas;
- Disponibilização de informação pública atualizada e de forma simples e acessível;
- Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno;
- Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas ao Sistema de Gestão Anticorrupção;
- Avaliação, revisão e atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Relativamente às medidas não implementadas, concluiu-se que 50% destas medidas são relativas a situações de grau de risco Reduzido e as restantes a grau de risco Moderado. Muitas destas medidas deverão ser implementadas até ao final do corrente ano.

Os resultados apurados no presente relatório serão objeto de acompanhamento e monitorização pela Chefia da Divisão para o Cumprimento Normativo (DPCN), em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas. Cabe ao Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanhar a execução, controlo e revisão do Plano.

Na sequência da entrada em vigor do novo ROSM, com alterações nas atribuições e estrutura orgânica do Município, serão revistos os atuais mapas de apreciação dos riscos de corrupção das diferentes unidades orgânicas, tendo em vista uma adequação plena do Plano às atividades desenvolvidas.

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 41 de 42

ANEXOS

MOD.SGAC.37.02	Elaborado	Aprovado	12-05-2026
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 42 de 42

ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS

Riscos Transversais								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias	100% 98% 100%
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Cumprimento dos procedimentos de contratação pública Rotatividade de dos membros do júri	100% 98% 100% 100% 97%
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias	100% 98% 100%
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100% 98% 100% 95% 100%
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	98% 100% 100% 100%
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Emissão de Relatório anual de denúncias à Assembleia da República	98% 100% 100%
	Conflitos de interesses que comprometam a transparência das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas Divulgação e compreensão do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, onde constam as diretrizes de atuação	98% 100% 100% 100% 98%
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas Divulgação e compreensão do Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	98% 100% 100% 100%
	Pressão de grupos de interesse	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Divulgar da agenda das reuniões dos membros do Executivo	98% 100% 100%
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	98% 100% 100%
	Exercício de poderes discricionários (liberdade de ação administrativa, que permite ao decisor, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	98% 100% 100%

Riscos Transversais								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
							Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	100%
							Dinamização do Canal de Denúncias	100%
							Divulgação e compreensão do Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	100%
							Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	100%
							Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	100%
	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
							Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos	97%
							Cumprimento dos procedimentos de contratação pública	100%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	95%
	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual	97%
							Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	98%
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	95%
							Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos	98%
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	97%
Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Fundamentação técnica e ou jurídica das propostas submetidas a decisão	100%	
						Segregação de Funções	100%	
						Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático	98%	
						Acesso restrito ao arquivo físico	100%	

ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS

Riscos Específicos			GPPE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTG	DPL	DMP	DAB	DPH	DRR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPES	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT									
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	I					I	I				I									I	I																													
		Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	I					I	I					I									EI																													
		Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	I					I	I					I									I	I																												
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação																																																		
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	I					I	I					I									I																													
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	Registo e respetiva tramitação/arquivo de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	I						I					I									I																													
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																																		
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	I						I					I									I	I																												
		Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	I						I					I									I	I																												
		Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	I						I					I									I	I																												
Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																																			
	Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município																																																			
	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	I						I					I									I	I																													
Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho	Realização de reuniões de trabalho periódicas	I						I					I									I	I																													
	Uniformização dos métodos/procedimentos de trabalho							I																																												
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	I										I																																							
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I											I																																						
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	I											I																																						
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I											I																																						
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das quotas/cotas	Mecanismos automáticos de cálculo de cotas e custos	I											I																																						
		Metodologias de verificação sistemática	I											I																																						
	Movimentação de montantes sem autorização	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	I											I																																						
		Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I											I																																						
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I											I																																						
		Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	I											I																																						
Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I											I																																							
	Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	I											I																																							

Legenda:
Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos			GPPE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTG	DPL	DMP	DAB	DPH	DRR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	OPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT											
Fiscalização	Favorecimento do município em detrimento do Município	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas		I																																																		
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas		I																																																		
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processos de mesma natureza/para a determinação	Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido		I																																																		
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Sistema de atribuição indiferenciada de processo		I																																																		
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos		I																																																		
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do POFC no combate a uma cadeia de furtos	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivos guias de entrega para posterior conferência		I																																																		
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características		I																																																		
	Inadequada supervisão e fiscalização das infraestruturas inerentes ao serviço de transportes públicos	Monitorização e atualização da informação		I																																																		
	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases		I																																																		
	Inadequada monitorização da exploração de serviço público de transporte de passageiros	Visitas regulares aos locais onde estão sedeadas as infraestruturas		I																																																		
Policimento	Deficiente controlo dos materiais e/ou equipamentos apreendidos	Procedimentos e indicadores, sistematizados, a verificar aquando das visitas de supervisão		I																																																		
	Perda da receita da cobrança em numerário	Elaboração de relatórios de fiscalização, validados, pela hierarquia		I																																																		
	Utilização e/ou apropriação indevida dos bens	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota		I																																																		
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos		I																																																		
Controlo Interno	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Elaboração de relatórios de acompanhamento e monitorização periódico		I																																																		
	Incumprimento da programação de realização de auditorias	Acompanhamento presencial da atividade dos operadores		I																																																		
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	Monitorização da qualidade do serviço prestado		I																																																		
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Sistema de contabilização e registo dos materiais e/ou equipamentos		I																																																		
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Emissão de comprovativo de pagamento		I																																																		
	Falta de rigor e imparcialidade do auditor	Controlo efetivo e permanente dos bens armazenados		I																																																		
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Responsabilização dos intervenientes		I																																																		
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas		I																																																		
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido		I																																																		
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	Elaboração de relatórios de controlo		I																																																		
Gestão de Ofertas Institucionais	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Segregação de funções		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Manual de Procedimentos da DACI		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Programa de garantia de qualidade e melhoria		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Subscrição obrigatória da Declaração de inexistência de Conflitos de Interesses		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Segregação de funções		I																																																		
	Controlo deficiente das ofertas institucionais	Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata		I																																																		

Legenda:
Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos			GPPE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTG	DPL	DMP	DAB	DPH	DRP	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT										
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial			I																	EI																															
		Análise do histórico da entidade beneficiária			I																																																
		Segregação de funções			I																																																
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito			I																																																
		Realização de diligência devida			I																																																
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																																			
	Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de carácter eventual																																																				
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito				I																																															
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos				I																																															
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária				I																																															
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos				I																																															
		Segregação de funções				I																																															
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade				I																																															
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	Existência de dossier financeiro com centro de custos																																																			
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de carácter eventual																																																			
		Monitorização e acompanhamento dos projetos apoiados				I																																															
		Existência da utilização dos apoios financeiros				I																																															
		Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária				I																																															
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses				I																																															
	Ausência ou deficiente reporte de execução	Requisições e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação				I																																															
		Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução				I																																															
		Existência de dossier financeiro com centro de custos																																																			
		Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																																			
		Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de carácter eventual																																																			
Medidas previstas nos protocolos com os Corpos de Bombeiros					I																																																

Legenda:
Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: ■ Reduzido ■ Moderado ■ Elevado

ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO ANUAL

Presidência								
Gabinete da Presidência (GPPE)							Responsável: Coordenador	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão de Ofertas Institucionais	Controlo deficiente das ofertas institucionais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	Implementado
							Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	Implementado
							Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	Implementado
							Registo de acesso público das ofertas institucionais, disponibilizado no site institucional	Implementado

Presidência								
Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei							Implementado	
Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)							Implementado	
Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado	
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
							Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis							Implementado	
Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
						Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	
Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
						Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	

Presidência								
Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características Monitorização e atualização da informação	Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Policimento	Deficiente controlo dos materiais e/ou equipamentos apreendidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de contabilização e registo dos materiais e/ou equipamentos	Implementado
	Perda da receita da cobrança em numerário	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Emissão de comprovativo de pagamento	Implementado
	Utilização e/ou apropriação indevida dos bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente dos bens armazenados Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
Elaboração de pareceres, estudos e análise técnica (Processos de Tutela Urbanística)	Existência de erros, omissões ou ambiguidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Insuficiente fundamentação / níveis de discricionariedade pouco adequados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Violação dos deveres de isenção e de imparcialidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses	Implementado

Presidência								
Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC)								
							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções Registo de empréstimo de material	Implementado Implementado Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado Implementado Implementado
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções	Implementado Implementado Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado Implementado Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Medidas previstas nos protocolos com os Corpos de Bombeiros	Implementado Implementado Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado Implementado Implementado Implementado
	Proteção Civil	Falta de imparcialidade e isenção na promoção de parceiros entre entidade externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções Cumprimento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
Incumprimento dos planos de resposta a emergências		1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções	Implementado Implementado
							Validação das decisões cruciais pelo Centro Municipal de Operações de Socorro	Implementado

Presidência								
Departamento de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais (DSE)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Segurança da Informação	Utilização indevida de imagens captadas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Garantir a eliminação das imagens gravadas ao fim de 30 dias para dar cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Implementado
Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas							Implementado	
Ativação de alertas							Implementado	
Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveis/atribuídos permanentemente atualizado							Implementado	
						Realização de backups	Implementado	

Presidência								
Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Supervisão do cumprimento dos prazos legais	Implementado
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulamentação municipal	Implementado
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro	Implementado
Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
						Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado	

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								
Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Uniformização dos métodos/procedimentos de trabalho							Implementado	
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sensibilização para o cumprimento dos procedimentos internos	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Metodologias de verificação sistemática	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
						Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	
Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
						Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								
Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologia de orientações e regras de conduta na relação interna/externa previamente definidas que conduzem a envio de press release e notas de agenda para lista contactos definida	Implementado
							Esclarecimento de jornalistas em resposta a pedidos enviados via email e/ou contactos telefónico via assessoria de imprensa	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Existência de mecanismos que asseguram a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização em articulação com as áreas e equipas responsáveis pela produção de conteúdos	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis	Implementado
							Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização							Implementado	
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								
Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
								Responsabilização dos intervenientes
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação ou disponibilização de acesso às mesmas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Formalização de denúncias relativas a tratamento de dados pessoais através de endereço eletrónico existente para o efeito	Implementado
							Relato de incidente de segurança ao Centro Nacional de Cibersegurança	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos	Em Implementação
							Implementação de políticas de reforço de troca de password bimensal	Implementado
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Por Implementar
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Por Implementar
							Ativação de alertas	Em Implementação
Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveis/atribuídos permanentemente atualizado							Implementado	
						Realização de backups	Implementado	
Incumprimento do plano de backups definido	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Segregação de Funções	Implementado	
						Revisão periódica das permissões atribuídas	Implementado	
						Realizar testes de verificação	Implementado	
						Registo de operações e de verificação de backups	Em Implementação	
						Definição de escalamento e registo de ações desenvolvidas	Implementado	
Ausência de verificação do estado dos dados de backup	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Revisão periódica das permissões atribuídas	Em Implementação	
						Realizar testes de verificação	Em Implementação	
						Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação	
						Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação	
						Ativação de alerta	Em Implementação	

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)									
Departamento de Recursos Humanos (DRH)							Responsável: Diretor de Departamento		
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado	
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado	
Recrutamento e Gestão de RH	Controlo deficiente sobre procedimentos de pagamento de salários e de despesas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e, existência de dois níveis de conferência da informação inserida	Implementado	
	Acesso indevido às informações de cadastro, remunerações mensais e quebras de sigilo, bem como às declarações de registo de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Duplo nível de conferência da documentação e restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença Procedimentos/metodologias que minimizam ou eliminam os erros, mediante a conferência e atualização regular dos processos	Implementado	
	Deficiente controlo do regime de acumulação de funções e/ou com insuficiente informação de suporte	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Perfis de acesso reservado Níveis diferenciados de acesso ao sistema informático de gestão de pessoal	Implementado	
	Recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Acesso restrito ao arquivo físico de processos individuais dos trabalhadores	Implementado	
	Deficiente gestão das quotas atribuídas na avaliação de desempenho	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise criteriosa e solicitação de esclarecimentos adicionais sempre que se revelem necessários ao rigor da avaliação	Implementado	
	Favorecimento dos candidatos na realização de estágios profissionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise prévia da fundamentação aduzida pelos serviços, justificativa do recurso à realização de trabalho extraordinário Formação de sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar	Implementado	
	Utilização de critérios de avaliação pouco objetivos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização das avaliações atribuídas e das percentagens máximas legalmente permitidas	Implementado	
	Benefícios/prejuízos indevidos resultantes de deficiente registo e avaliação de ausências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Formação profissional em definição de objetivos, indicadores de medida e critérios de superação Objetivos exequíveis e coerentes Reuniões avaliador/avaliado	Implementado	
	Inserção inadequada de certificados de incapacidade temporária para o trabalho e de outros documentos justificativos da ausência ao serviço	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e existência de dois níveis de conferência da informação inserida	Implementado	
	Deficiente controlo de distribuição de equipamentos de proteção individual e fardamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Inserção efetuada exclusivamente pela equipa de gestão de assiduidade Existência de um duplo nível de conferência da documentação e, restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença	Implementado	
	Ausência ou deficiente levantamento de competências por função	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação dos equipamentos existentes Levantamento de necessidades dos equipamentos	Implementado	
								Envolvimento dos dirigentes no desenvolvimento deste instrumento, bem como na constante atualização dos perfis de competências	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								Responsável: Diretor de Departamento	
Departamento de Recursos Humanos (DRH) - cont.									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Recrutamento e Gestão de RH	Desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Avaliação prévia do perfil de competências e/ou das necessidades evidenciadas em mapa pessoal Informação agregada de pedidos de mobilidade Realização de Diligência Devida	Implementado Implementado Implementado	
	Discrecionalidade, ambiguidade e/ou subjetividade na avaliação dos candidatos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios que permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade Realização de Diligência Devida	Implementado Implementado	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado Implementado	
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes	Implementado Implementado	
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Realização de Diligência Devida	Implementado
								Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
								Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
								Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado	
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
								Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
								Segregação de Funções	Implementado
								Verificação e monitorização do seu cumprimento	Implementado
								Responsabilização dos intervenientes	Implementado
Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação	Implementado								

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Eventos e Representação (DRE)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Registo de entrada e saída de material	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização da Diligência Devida	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado						
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária							Implementado	
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado	
						Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
						Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								
Departamento de Eventos e Representação (DRE) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
							Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
Eliminação/Alteração indevida de dados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Implementado	
						Ativação de alertas	Implementado	

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)									
Departamento Financeiro (DFI)							Responsável: Diretor de Departamento		
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado	
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado	
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado	
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado	
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado	
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas		1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
			1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
			1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de verificação sistemática	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								
Departamento Financeiro (DFI) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Supervisão do cumprimento dos prazos legais	Implementado
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulamentação municipal	Implementado
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro	Implementado
Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								
Departamento Financeiro (DFI) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Verificação e monitorização do seu cumprimento	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação	Implementado
	Alterações e revisões propostas desajustadas das necessidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados com as necessidades de cada momento	Implementado
							Reuniões de monitorização antes de fechar as propostas	Implementado
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório	Implementado
							Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade	Implementado
							Criação de alertas	Implementado
Não cumprimento das exigências legais e procedimentos formais na contratação de empréstimos, podendo comprometer o limite de endividamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Implementado	
						Existência (ou criação) de equipa de técnicos responsáveis pelo acompanhamento do serviço da dívida e endividamento do Município	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade dos objetivos propostos	Implementado	
						Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência	Implementado	
Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões prévias e de acompanhamento com os responsáveis das UO, no decorrer do processo de elaboração do Orçamento e Grandes Opções de Plano	Implementado	
						Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado	

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)									
Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)							Responsável: Diretor de Departamento		
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação	
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Moveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação	
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado	
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
								Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado	

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								
Departamento de Contratação Pública (DCP)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Procedimentos de Contratação Pública	Omissão no caderno de encargos de determinadas especificações técnicas, quanto à natureza do objeto do contrato a celebrar	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Existência de análise e supervisão das propostas aquisitivas para verificação do cumprimento dos requisitos	Implementado
							Estreita colaboração com serviços requisitantes para a definição das especificidades dos requisitos técnicos do caderno de encargos	Implementado
							Existência de documento junto ao pedido aquisitivo que contemple as especificações técnicas	Implementado
							Elaboração das especificações técnicas mediante as fichas técnicas dos produtos necessários de adquirir e que estejam disponíveis no mercado (no caso de aquisições urgentes)	Implementado
	Controlo deficiente sobre situações de conflitos de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
	Repartição da despesa desvirtuando o enquadramento do procedimento adequado, nos termos do CCP	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Plano Anual de Atividades e análise dos pedidos de aquisição à luz do artigo 22.º do CCP	Implementado
	Falta de cabimentação prévia da despesa	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Existência de análise e supervisão dos pedidos aquisitivos para verificação do cumprimento dos requisitos	Implementado
							Análise e verificação da existência de cabimento prévio/GOP no pedido de aquisição	Implementado
	Ausência de fundamentação do preço base	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Consultas preliminares/evidências sites/Portal Base/procedimentos anteriores	Implementado
	Recurso inadequado ao procedimento por ajuste direto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Apresentação de propostas devidamente enquadradas e fundamentadas nos termos do Código dos Contratos Públicos	Implementado
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na análise e seleção das propostas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de parâmetros de avaliação, e equipa multidisciplinar, que assegurem uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Critérios de avaliação e equipa multidisciplinar que assegurem uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Falta de avaliação pós-contratual dos fornecedores	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
							Análise da Ficha de contrato	Implementado
	Não respeitar o triénio das entidades a convidar	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de avaliação ao fornecedor	Implementado
Não respeitar a relação entre empresas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atualização da base de dados	Implementado	
Inexistência de aplicação das penalidades contratuais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Confirmação dos valores acumulados em triénio	Implementado	
						Confirmação da não existência de relacionamento entre empresas	Implementado	
Aceitação de propostas (de entidades/operadores) que não cumprem os requisitos legais e normativos municipais	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Comunicação atempada pelo Gestor do Contrato, do incumprimento dos fornecimentos	Implementado	
						Realização de avaliação de fornecedores e qualidade dos materiais fornecidos	Implementado	
						Análise prévia pelo júri nomeado da exigibilidade das entidades/operadores	Implementado	
						Monitorização do devido enquadramento e fundamentação das propostas nos termos do CCP	Implementado	
						Realização de Diligência Devida	Implementado	

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								
Departamento de Contratação Pública (DCP) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Procedimentos de Contratação Pública	Realização de consultas preliminares ao mercado sem suporte documental	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Redação de uma informação, fundamentando a impossibilidade de suporte documental das consultas preliminares e identificação das entidades	Implementado
	Deficiente articulação entre as várias unidades orgânicas/intervenientes	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Comunicação eficaz Realização, na medida do permitido pela urgência registada, da agregação de necessidades face aos intervenientes envolvidos	Implementado
Monitorização dos Contratos	Falta de advertência quando sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos prazos	2	3	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formalização das advertências assim que as irregularidades sejam comunicadas pelo Gestor de Contrato Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento do prazo do contrato	Implementado
	Deficiente acompanhamento dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise e encaminhamento das reclamações efetuadas pelos serviços Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos Metodologias de verificação e acompanhamento do reportado pelo Gestor de Contrato referente a cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e preço contratual	Implementado
Gestão do Património Municipal	Deficiente controlo das existências	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento a tempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								
Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
Controlo Interno	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
Segregação de funções							Implementado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								
Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Verificação e monitorização do seu cumprimento	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório	Implementado
							Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade	Implementado
						Criação de alertas	Implementado	
						Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Implementado	
Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência	Implementado	
						Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade	Implementado	
Erros e/ou omissões no registo contabilístico de imobilizado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização e verificação dos registos efetuados	Implementado	
Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado	

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								
Departamento de Apoio à Gestão (DAG)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Elaboração de candidaturas de valorização	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado Implementado Implementado Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios recebidos	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência de articulação entre as UO originando a duplicação de iniciativas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Criação de meios de comunicação internos, relativos às candidaturas de valorização	Implementado
Gestão do Domínio Público Marítimo e do Domínio Público Hídrico	Atribuição de títulos (licenciamentos e concessões) indevidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária Procedimentos acompanhados e validados por vários elementos da equipa	Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado Implementado Implementado Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado Implementado Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado Implementado Implementado
	Ausência de controlo do sistema para verificações dos prazos legais de reporte	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Verificação e acompanhamento dos prazos, através de reuniões com as Unidades Orgânicas responsáveis	Implementado
	Incumprimento das obrigações da CMC na gestão dos centros de saúde	1	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Visitas diárias e reporte dos incidentes na plataforma GLOSE
Acompanhamento da descentralização de competências	Incorreta análise das despesas elegíveis para reporte à DGAL do FFD (Fundo de Financiamento da Descentralização)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnica e jurídica das despesas elegíveis	Implementado
	Deficiente articulação interna na divulgação de informação proveniente de entidades externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Articulação com as unidades orgânicas envolvidas no processo de descentralização Consulta dos portais institucionais das entidades externas competentes	Implementado Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)								
Departamento de Planeamento e Controlo (DLC)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Controlo Interno	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Manual de Procedimentos da DACI	Implementado
	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC	Implementado
							Programa de Auditoria Interna por AI a realizar	Implementado
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado
							Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor	Implementado
	Falta de rigor e imparcialidade do auditor	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC com ações de acompanhamento	Implementado
							Checklist de acompanhamento das AI	Implementado
Mapa de Follow-up de AI's conforme previsto no Manual Procedimentos da DACI							Implementado	
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							Implementado	
Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses							Implementado	
Segregação de funções							Implementado	
Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor	Implementado	
						Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado	
						Checklist de acompanhamento das AI	Implementado	
						Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado	
						Subscrição pelo auditor da Carta de Auditoria, Manual de Procedimentos e Norma de Controlo Interno	Implementado	
						Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos	Implementado	
Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
						Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado	
						Reuniões de Equipa pós Auditorias para preparação do relatório. Nesta fase, a equipa deverá rever e analisar os resultados; consolidar as constatações, agrupando-as e sistematizando-as; classificar os resultados; elaborar recomendações e o projeto para o relatório de auditoria.	Implementado	
						Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado	
						Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos	Implementado	

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)							Responsável: Diretor de Departamento		
Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado	
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado	
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado	
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado	
	Violação dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
								Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
								Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
								Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses	Implementado
	Deficiente enquadramento das matérias para aprovação superior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
								Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
								Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
								Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
	Acesso indevido a informações sigilosas constantes nas denúncias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
								Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
								Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
								Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
Atos de retaliação contra denunciantes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado	
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado	
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado	
							Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado	

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)								
Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Morosidade ou ausência de resposta aos denunciantes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
							Designação de diversos Gestores de Denúncias	Implementado
	Utilização indevida de informação privilegiada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado	Implementado
	Atraso na publicitação e comunicação dos instrumentos de execução do Programa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
							Plano de monitorização do Sistema de Gestão Anticorrupção	Implementado
	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Plano de comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado
Segregação de funções (o visado não participa no processo de averiguação e tomada de decisão)							Implementado	
Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura							Implementado	
Cumprimento do Código de Ética e Conduta							Implementado	
Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado							

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)								
Departamento de Projetos e Participação de Fundos (DPL)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
	Duplo financiamento	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Verificação dos critérios de elegibilidade estabelecidos para a escolha de parceiros (ex: Análise do histórico da entidade beneficiária)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Subscrição de Declaração de Beneficiário com preenchimento do "Questionário de Duplo Financiamento"	Implementado
							Aposição de logotipo/carimbo na documentação física de despesa apresentada à comparticipação.	Implementado
							Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação
							Sensibilização dos trabalhadores diretamente envolvidos na gestão dos projetos (via reuniões sistemáticas e regulares)	Implementado
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município	Em Implementação
	Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa;	Implementado						
	Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado	Implementado						
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação	Implementado							
Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
						Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos	Em Implementação	
Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação (de acordo com o modelo de verificação elaborado em Norma Interna)	Implementado							

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)								
Departamento de Projetos e Participação de Fundos (DPL) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente capacidade de reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Relatórios trimestrais de atividades da própria Direção	Implementado
	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Relatórios intercalares / anuais às Autoridades de Gestão	Implementado
	Incorreta verificação da conformidade da despesa	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
						Segregação de funções	Implementado	
							Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Em Implementação

Direção Municipal de Cultura (DMCL)								Responsável: Diretor de Departamento	
Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado	
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Em Implementação	
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado	
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado	
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado	
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado	
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação	
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação	
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação	
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado	
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Em Implementação	
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões de monitorização/accompanhamento das ações	Implementado	
								Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo	Implementado
								Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado	
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado	
							Planeamento a tempo que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado	
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação	
							Segregação de funções	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	

Direção Municipal de Cultura (DMCL)								
Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
							Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Responsabilização dos intervenientes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Em Implementação
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
						Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado	

Direção Municipal de Cultura (DMCL)								
Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							Implementado	
Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios	Implementado	
						Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL)								
Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custas	Implementado
						Metodologias de verificação sistemática	Implementado	

Direção Municipal de Cultura (DMCL)								Responsável: Diretor de Departamento	
Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB) - cont.									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Tratamento inadequado/utilização indevida do património cultural municipal		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
								Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
								Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
								Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
								Planeamento a tempo que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
								Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Falta de imparcialidade na atribuição de recursos		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU) Departamento de Promoção de Habitação (DPH)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar	
						Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar	
						Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar	
						Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar	
						Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar	
Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar	
						Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar	
						Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar	
						Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar	
						Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Por Implementar	
						Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar	
Deficiente acompanhamento e controlo do Projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								
Departamento de Promoção de Habitação (DPH) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos de Obras Municipais	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Carta Municipal de Habitação	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Deficiente acompanhamento da fase de diagnóstico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente acompanhamento da fase de definição de objetivo e instrumentos de intervenção	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Deficiente acompanhamento da proposta final	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses							Implementado	
Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos							Implementado	
Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos							Implementado	
Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
						Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								
Departamento de Processos Especiais (DPR)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções com Apreciação Sequencial Hierarquizada	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								
Departamento de Planeamento Estratégico (DPE)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento no processo de elaboração e monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses.	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo.	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses.	Implementado
							Segregação de funções.	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão, com prazos legais pré-definidos.	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo dos Instrumentos de Gestão Territorial	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções nas diferentes fases dos processos.	Implementado
Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos processos e análise dos relatórios de execução.							Implementado	
Critérios de análise pré-definidos.							Implementado	
						Fundamentação técnico-jurídica.	Implementado	

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								
Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos, de forma equitativa	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
							Realização de reuniões regulares	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio sistemático de Manuais de procedimentos	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação
							Implementação de Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
						Segregação de Funções	Implementado	
						Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de forma equitativa	Implementado	
						Definição de equipas atribuídas a cada natureza de processo	Implementado	

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								
Departamento de Estudos e Loteamentos (DEL)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado	
Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado	
Loteamentos municipais	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Segregação de Funções							Implementado	
Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos							Implementado	
Projetos municipais de arquitetura (habitação municipal, equipamentos)	Utilização de critérios de elaboração inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de elaboração/decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								
Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios (DES)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos							Implementado	

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								
Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC)							Responsável: Chefe de Divisão	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de critérios técnicos pré-definidos e Regulamentos Municipais	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Implementação de Power BI de produtividade do Departamento	Implementado						
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
						Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado	
Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Segregação de Funções	Implementado	
						Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
Cobrança de taxas	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Controlo das contas correntes da entidades	Implementado

Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)								
Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)							Responsável: Chefe de Divisão	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controlo e enquadradas pela cadeia hierárquica	Em Implementação
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Controlo de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Em Implementação
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira	Em Implementação

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								Responsável: Diretor de Departamento	
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado	
	Deficiente articulação interna		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
								Elaboração de Relatórios de Fiscalização	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
Responsabilização dos intervenientes								Implementado	
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
								Realização de Diligência Devida	Implementado
								Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
								Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
								Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
								Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado							
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
								Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
								Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
								Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução								Implementado	
Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos								Implementado	
Segregação de funções nas diferentes fases do processo								Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios técnicos pré-definidos	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Segregação de Funções	Implementado	
						Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Critérios de monitorização pré-definidos	Implementado
							Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito							Implementado	
Meios de acompanhamento e controlo							Implementado	
Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado							
Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado	
						Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
Informação incorreta/desaquada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado	

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de instrumentos que garantam que a recolha de opiniões é efetuada de forma isenta e imparcial (livro de reclamações e/ou de elogios, endereço eletrónico)	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado						
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Produção de indicadores e de controlo de dados	Implementado
	Acompanhamento periódico da evolução dos indicadores	Implementado						
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas	Implementado	
						Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado	
						Elaboração de relatórios de controlo	Implementado	
						Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								
Departamento de Participação e Cidadania (DPC)								
							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							Implementado	
Segregação de funções nas diferentes fases do processo							Implementado	
Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Segregação de Funções	Implementado	
						Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)									
Departamento de Participação e Cidadania (DPC) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento		
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
								Segregação de funções	Implementado
								Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
								Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
								Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
								Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
								Critérios de análise pré-definidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
								Segregação de funções	Implementado
Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados								Implementado	
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito								Implementado	
Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de Diligência Devida	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária							Implementado	
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado	
						Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
						Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Solicitação de relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Em Implementação
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
Inexistência de avaliação dos resultados das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Critérios técnicos pré-definidos	Implementado	
						Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
						Meios de acompanhamento e controlo	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação	
						Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado	
						Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Segregação de Funções	Implementado	
						Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
Critérios de monitorização pré-definidos							Implementado	
Segregação de funções nas diferentes fases do processo							Implementado	
Inexistência de avaliação dos resultados do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
						Meios de acompanhamento e controlo	Implementado	
						Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação	
						Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica	Implementado	
						Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado	
Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado	
						Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
							Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
						Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado	
						Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado	
						Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
						Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do munícipe	Por Implementar	
						Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado						
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de Diligência Devida	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de carácter eventual	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos							Implementado	
Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado							
Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado							
Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado							
Existência de dossier financeiro com centro de custos	Implementado							
Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de carácter eventual	Implementado							

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Existência de dossier financeiro com centro de custos	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de carácter eventual	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de carácter eventual	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Registo de ofertas	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Solicitação de relatórios de execução	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado							
Atribuição de Subsídios	Favorecimento no processo de atribuição de subsídios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Realização de Diligência Devida	Implementado						
	Utilização indevida dos subsídios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos subsídios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
						Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
						Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado	
Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Em Implementação							
Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado							

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos							Implementado	
Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos							Em Implementação	
Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
						Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado	
						Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento	
Departamento de Educação (DED)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado Implementado	
	Tratamento inadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos Reuniões de monitorização/accompanhamento das ações	Implementado Implementado	
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado Implementado	
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado	
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado	
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento a tempo que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado Implementado	
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado Implementado Implementado	
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado Implementado Implementado	
	Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
								Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
Segregação de funções								Implementado	
Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado								
Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado								
Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado								

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Educação (DED) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de ofertas	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado	
						Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado	
						Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Solicitação de relatórios de execução	Implementado	

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Educação (DED) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Segregação de funções nas diferentes fases do processo							Implementado	
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito							Implementado	
Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
						Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Educação (DED) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
						Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
Segregação de funções	Implementado							
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Educação (DED) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
Elaboração de relatórios de controlo							Implementado	
Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
						Elaboração de relatórios de controlo	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento a tempo que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
								Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Critérios técnicos pré-definidos							Implementado	
Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam							Implementado	
Segregação de funções							Implementado	
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito							Implementado	
Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de acompanhamento e controlo	Implementado	
						Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado	
						Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado	
						Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
						Segregação de Funções	Implementado	
Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Por Implementar							
Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado							

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento	
Departamento de Promoção do Talento (DPT)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado	
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado	
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado	
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
								Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado	
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
								Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Reuniões de monitorização/accompanhamento das ações	Implementado	
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo	Implementado	
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
Planeamento a tempo que permita a otimização dos recursos disponíveis								Implementado	
							Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado	

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de Diligência Devida	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização e acompanhamento dos projetos apoiados	Implementado
Evidências da utilização dos apoios financeiros							Implementado	
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses							Implementado	
Segregação de Funções							Implementado	
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
Fundamentação técnico-jurídica							Implementado	
							Segregação de funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de Plano comunicação Cascais Jovem	Implementado
							Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparência administrativa)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
							Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
Segregação de funções							Implementado	
Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização							Implementado	

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								Responsável: Coordenador
Centro de Recolha Oficial Animal (CROA)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípes e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petições e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de verificação sistemática	Implementado
								Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								
Departamento de Infraestruturas e Vias (DIV)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
						Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado	
Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado
							Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado							
Elaboração de relatórios de controlo	Implementado							
Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado							
Segregação de funções	Implementado							
Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado							

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								
Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Reporte de informação periódica relativa à utilização da frota municipal aos serviços da Administração Direta Estado	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Manutenção da Frota do Município (Viaturas e Máquinas)	Deficiente controlo sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de Funções/Segregação de acessos	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Segregação de acessos	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
Deficiente avaliação/gestão de contratos da frota cuja manutenção esteja contratualizada com entidade externa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Responsabilização dos intervenientes	Implementado	
Planeamento e Gestão de Transportes	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota	Implementado
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acompanhamento presencial da atividade dos operadores	Implementado
							Monitorização da qualidade do serviço prestado	Em Implementação
							Segregação de funções	Implementado
							Existência de critérios de análise pré-definidos	Em Implementação
Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Em Implementação	
						Acompanhamento permanente	Implementado	
						Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico	Em Implementação	

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								
Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	Implementado
							Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
						Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
						Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	
Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
						Sensibilização dos munícipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
							Responsabilização dos intervenientes	Implementado
						Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado	
Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								
Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME) - cont.							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo Rotatividade de equipas	Implementado Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDCF no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características Monitorização e atualização da informação	Implementado Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização e controlo planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
						Elaboração de relatórios de controlo	Implementado	
						Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
						Segregação de funções	Implementado	
						Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado	

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								
Departamento de Reabilitação Urbana (DRU)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado	

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								
Departamento de Autoridade de Transportes (DAT)							Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento do município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada supervisão e fiscalização das infraestruturas inerentes ao serviço de transportes públicos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Visitas regulares aos locais onde estão sedeadas as infraestruturas Procedimentos e indicadores, sistematizados, a verificar aquando das visitas de supervisão Elaboração de relatórios de fiscalização, validados pela hierarquia	Implementado
	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada monitorização da exploração de serviço público de transporte de passageiros	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico Acompanhamento presencial da atividade dos operadores Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado
	Promoção dos Transportes e Mobilidade	Ausência ou inadequada supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado
Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na tomada de decisão		1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Existência de critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado